

Resumo expandido

### Juventudes periféricas e o território educativo

**Patrícia Siqueira Melo**

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo (FAU-USP), São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: patricia.sm@usp.br

**Euler Sandeville Junior**

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo (FAU-USP), São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: euler@usp.br

### RESUMO

Este trabalho pretende apresentar uma discussão que objetiva compreender a relação das juventudes periféricas paulistanas com a cidade de São Paulo, a partir da reflexão do impacto da dimensão territorial nas formações desses sujeitos. Portanto, este trabalho tem a intenção de visibilizar, por meio de uma discussão reflexiva, a demanda juvenil para o direito à cidade, além de abordar a importância da construção de experiências educativas para a apropriação e reinvenção do território. A necessidade de incluir os jovens periféricos cada vez mais no debate acadêmico, em processos decisórios nos meios sociais, entre outros atos, são essenciais para efetivarmos ações e políticas públicas que possibilitem o exercício das experiências juvenis para uma vida digna e justa na cidade.

**Palavras chaves:** Direito à cidade, Educação, Experiência partilhada, São Paulo, Segregação social.

1

### Introdução

No Brasil, a pandemia do novo coronavírus evidencia e escancara as desigualdades estruturais do nosso país, agrava as situações de crise que a população já vem vivenciando no seu cotidiano. Boaventura (2020) nos alerta que “a pandemia vem apenas agravar uma situação de crise a que a população mundial tem vindo a ser sujeita” (2020. p.6). Nesse momento histórico, o jovem pobre periférico já vive sua condição de espoliado, mas as implicações perversas da pandemia vêm intensificando essa condição e, também, aprofunda a segregação urbana e social. Na cidade de São Paulo, com imensos contrastes, mudanças dos espaços urbanos e no campo do trabalho, intensos deslocamentos, entre outros aspectos, crescem a pobreza, o desemprego e a precariedade urbana. O espaço urbano cada vez mais é mercantilizado, transformando-se em produto para o capital. Assim, temos uma população, em especial a de baixa renda, que é segregada, excluída, expulsa de estar e/ou percorrer alguns espaços da cidade (KOWARICK 2000). São essas juventudes que quando percorrem a cidade sentem no corpo e na alma a intolerância, o racismo, o classismo, a dinâmica do processo discriminatório, com a participação do Estado.

De acordo com Achille Mbembe (2016), esse processo de implementação da segregação social com o modelo do Estado como *apartheid* impossibilita o movimento e, portanto, cria uma rede de fronteiras. Nesse cenário, é urgente uma cidade de encontros e desencontros que permita habitar, criar formas de estar no mundo com dignidade, transformando o cotidiano e o urbano por meio dos sonhos. Uma cidade que possibilite às pessoas outras formas de se organizar, que seja democraticamente participativa e que desafie o sistema capitalista. Na periferia muitos coletivos, organizações da sociedade civil, lideranças populares, dentre outros atores, constroem e transformam o território a partir de ações e sentimentos que marcam o “lugar” com produções de

conhecimentos, afetos e relações que criam uma outra ordenação territorial. Desse modo, na paisagem urbana já existe o desafio de ser jovem, ou seja, como essas juventudes se apropriam da cidade resistindo à segregação urbana?

É necessário que eles tenham a tomada de consciência de sua condição de ser e estar no mundo, se constituindo como sujeitos completos capazes de autoconhecimento, autoconsciência e autorrepresentação. Além disso, ao estabelecermos o diálogo entre o território e as práticas educativas criativas, vínculos nos diversos modos de apropriação e circulação pelo espaço são viabilizados. A cidade, na perspectiva educativa como espaço formativo, é um território problematizado e, ao mesmo tempo, agente pedagógico disponível para o desenvolvimento dos sujeitos (SINGER, 2015). Assim, a educação tem papel importante na intervenção da cidade, numa práxis libertadora por meio da dialogicidade, já que contribui para tornar sujeitos mais conscientes, mais livres e humanos, permitindo-os atuar na realidade em que se inserem.

### O território educativo e as experiências partilhadas das juventudes

Ao tratar de juventude(s) é necessário ter uma concepção pluralizante devido a heterogeneidade contida na sua construção sócio-histórico-cultural na sociedade contemporânea, por meio de marcas de diferenciação de classe, raça e gênero. Considerar a diversidade sócio-histórica-cultural desses sujeitos possibilita nos aproximarmos de sua realidade e experiência de vida. Sua existência é uma força social renovadora com possibilidade de construção da própria existência nos espaços de fazer e ser. De acordo com Abramo (1994) pode-se dizer que as juventudes têm formas de elaboração e expressão que negociam os territórios de vivências no meio urbano, processam e elaboram as identidades coletivas, se posicionam diante dos valores da sociedade e têm a possibilidade de intervenção no espaço social. Portanto, dentro de possibilidades concretas, vão constituindo suas identidades e conhecimentos que se estruturam apesar dos contextos de incertezas. Diante disso, e por ser um tempo de experimentações e com abertura de possibilidades, essas juventudes delineiam o mundo em um permanente processo de transformação. Assim, é importante também compreendermos o meio urbano como território educativo e espaço formativo, onde indagações são construídas, além de ser agente pedagógico que colabora na formação das pessoas. Nesse sentido, entendemos a paisagem como experiência partilhada e de construção social, com suas dinâmicas socioambientais na transformação dos territórios e constituição dos lugares. Por experiência partilhada não se entende que sejam harmônicas as relações, ao contrário, são contraditórias e opõem projetos e valores. Daí o grande desafio de repensar a paisagem, mais do que visibilidade, mas como uma construção social que é educativa, cumpra-nos então contribuir para qualificar esses processos e sua potência educativa a partir de valores éticos, colaborativos e públicos.

Dessa maneira, o diálogo com esses jovens da periferia que habitam a cidade de São Paulo, que simbolicamente não se sentem "autorizados" a circular por alguns locais da cidade, permitiria compreender: como manifestam suas percepções espaciais e urbanas na cidade de São Paulo? Qual a construção de experiências dessas juventudes na cidade, que também possuem a vivência paradoxal do anonimato e a marginalização, por meio dos caminhos que percorrem? Quando as questões da diferença social adquirem características hierárquicas em relação aos espaços sociais e se manifestam em desigualdade, o diferente é considerado inferior. Assim, como se criam os elementos de inserção ou exclusão social? Os jovens, através de suas experiências na cidade, se apropriam, criam e recriam o espaço, portanto, saber sobre seus destinos, desejos e as questões que os mobilizam são essenciais para pensarmos numa cidade democrática e educadora.

#### O tempo presente para as juventudes periféricas

Nesse contexto pandêmico que o mundo atravessa com grandes perdas e dificuldades diante das incertezas e desinformações, o Brasil demonstra um cenário de piora, desde a chegada do vírus. Essa nova realidade também nos desafiou a aprender a viver com o isolamento físico, o uso de máscara, a intensificação com os cuidados pessoais, aumentando também, a necessidade de inserção digital, o que contribuiu para visibilizar a exclusão digital de uma grande parte da população. Muito além disso, a pandemia do novo coronavírus escancara e aprofunda a desigualdade estrutural em nosso país, mostra as consequências perversas da crise por meio das opressões de gênero, raça, etnia e classe; torna mais evidente a fragmentação territorial na cartografia urbana. O jovem periférico vive a condição de classe e raça com o corpo e o território. A eles é negado e violado o direito à vida plena e são os que estão mais próximos ao risco de serem infectados pelo vírus Sars-Cov-2. Os efeitos da pandemia se manifestam de maneira distinta para cada um, de acordo com os marcadores sociais, entretanto, para a população periférica os danos provocados são maiores e mais intensos. Neste tempo presente é urgente e imprescindível a escuta dos jovens periféricos para entender o território urbano vivido e construído diante do risco representado pelo Covid-19.

#### A demanda juvenil por direito à cidade

Temos, dessa forma, uma demanda por direitos, entre eles, o direito à cidade, conceito delineado pelo sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre (2001) e amplamente discutido atualmente. Segundo Lefebvre, uma cidade é um espaço de encontros e desencontros e um lugar conflituoso, por existir vida nas relações entre as pessoas das diferentes classes e grupos sociais.

Ao pensar nas juventudes periféricas e o direito à cidade, é preciso reafirmar o direito de suas existências e ter suas representações culturais expressadas. As ações de construção e apropriação da cidade devem ser ancoradas também em seus interesses, tornando-se assim, um mecanismo de fortalecimento de identidade social. Além disso, se faz necessário entender a cidade como um território educativo que, a partir de seus usos e apropriações, permite articular as dinâmicas e os processos formativos para a produção do conhecimento.

Além dos desafios pré-existentes para a juventude periférica da cidade de São Paulo, a pandemia do Covid-19 agravou os usos e apropriações do espaço urbano que permitem articular as dinâmicas e os processos formativos para a construção do conhecimento. Assim, a produção da cidade deve ser desenhada incluindo o planejamento insurgente, que surge das vozes de grupos desfavorecidos, numa metodologia participativa para pensar numa cidade mais justa e humana.

#### Referência

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.

ARROYO, Miguel. *Passageiros da Noite: do trabalho para EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

FREIRE, Paulo. *A educação como prática de liberdade*. 14.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LEFEBRE, Henri. *O direito à cidade*. Trad. RUBENS, E. F. São Paulo: Centauro, 2001.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ. N. 32. 2016. pp.124-151.

## I Seminário Nacional – Urbanismo, Espaço e Tempo

### Temática: Cidade, Pandemia e Cotidiano

SANDEVILLE JR. Euler. Paisagens Partilhadas. São Paulo. In Paisagem Ambiente: Ensaios, n. 30, 2012, p. 203-214.

SINGER, Helena (org.). Territórios educativos. vol.1. São Paulo: Moderna, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Almedina, 2020.